

Ilegalidade para todo mundo ver

Maria Elisa Alves e Renato Grendelle

Enquanto prepara alterações na legislação que permitam reduzir a poluição visual na cidade, nos moldes do que foi feito em São Paulo, a prefeitura deflagrou ontem uma grande operação para retirar, em três dias, 163 engenhos publicitários da Zona Sul de outdoors a painéis que tomam laterais inteiras de prédios. Desde janeiro, a Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) já pôs adesivos alertando para a propaganda irregular em dezenas de outdoors e fez um mapeamento de todos os pontos que devem ser alvo da fiscalização. Descobriu que há mais de dois mil pontos e três mil peças do mobiliário urbano usados irregularmente para a veiculação de publicidade 90% de todos os anúncios expostos nas ruas.

Segundo cálculos do município, as empresas responsáveis pela instalação de propagandas devem à prefeitura, desde 2003, cerca de R\$ 100 milhões, referentes ao não pagamento da taxa de autorização de publicidade e de multas. Segundo o secretário da Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, algumas empresas já vêm sendo notificadas há cinco anos e acumulam inúmeras multas. Para elas, é vantajoso ignorar as notificações e continuar com os painéis, já que o valor da multa é de apenas R\$ 50 por dia, bem abaixo do que faturam.

Nos locais onde a publicidade é permitida, as empresas muitas vezes não pagam a taxa de autorização à prefeitura. São notificadas, multadas e continuam na irregularidade. Nos locais proibidos, acontece o mesmo. Não podemos permitir que uma prática que gera poluição visual e nenhum benefício à prefeitura continue — disse Bethlem.

Enquanto não terminam os estudos do grupo de trabalho criado para sugerir as mudanças que serão enviadas à Câmara até o fim do ano, a prefeitura retomará as operações para recolher outdoors ilegais.

Estamos levantando as áreas onde a propaganda deve ser banida, onde pode ser permitida, vendo quais serão os valores das multas. Enquanto o estudo não acaba, a gente tem que fazer cumprir as leis que já existem. Se isso acontecer, já dá uma boa limpeza na cidade afirmou o secretário.

Há uma série de proibições que não têm sido respeitadas pelas empresas de publicidade, como a restrição a outdoors em terrenos públicos. Mesmo os painéis demolidos precisam ter suas contas quitadas complementou o subsecretário de Fiscalização da Seop, Luiz Medeiros.

Só nas ruas Voluntários da Pátria e Conde de Irajá, em Botafogo, os fiscais da Seop arrancaram 22 anúncios durante a manhã. À tarde, foi a vez de um painel de 300 metros quadrados instalado na lateral do Terminal Garagem Menezes Cortes, no Centro, ganhar uma faixa com a inscrição "publicidade irregular". Ele estava em área do Corredor Cultural, onde é proibido afixar propaganda. Um painel de tamanho igual, em lugar permitido, teria que pagar taxa de R\$ 30 mil anuais ao município.

Segundo Medeiros, a retirada dos anúncios irregulares não é apenas uma medida contra a desordem urbana, mas também uma forma de aumentar a segurança da população. Muitos outdoors ficam próximos a postes e, quando retirados, melhoram a iluminação das ruas e a sensação de segurança dos pedestres. Em Botafogo, a operação clareou trechos das ruas Voluntários da Pátria e Conde de Irajá. Moradores relataram que árvores próximas aos outdoors vinham sendo podadas de forma inadequada para que as propagandas tivessem maior visibilidade.

A operação em Botafogo não provocou interdições, mas chamou atenção pela falta de segurança dos fiscais. Para retirar os outdoors, alguns funcionários subiram num ponto de ônibus e na grade de um estacionamento. A Seop alegou que os servidores escalados para o trabalho têm amplo treinamento. À tarde, a previsão era que bombeiros da Defesa Civil usassem rapei para retirar a propaganda gigante do Menezes Cortes. A operação, no entanto, foi cancelada e somente a faixa foi estendida.

Para retirar outdoors, a prefeitura informou que gasta cerca de R\$ 8 mil por dia de operação. Hoje o trabalho deverá ser estendido aos bairros de Laranjeiras, Gávea e Leblon e poderá ir até a madrugada, já que é complicado interditar o tráfego em vias movimentadas.

Para o vice-presidente do Sindicato das Empresas Exibidoras de Mídia Exterior (Sepex), Renato Gaudoso, havia alternativas ao choque de ordem promovido pela secretaria.

A operação é necessária, mas, da forma como é feita, custa caro ao município e é ruim para o nosso meio, porque deixa o anunciante inseguro. Há outras formas de abolir a propaganda irregular. O ex-prefeito César Maia nos pediu para tirar os anúncios da Linha Amarela e da Avenida Paulo de Frontin. Cumprimos a ordem imediatamente e nunca mais colocamos publicidade nessas vias argumentou Gaudoso, contestando que a dívida das empresas que exploram outdoors chegue ao valor divulgado pela prefeitura.

Ainda segundo o vice-presidente do Sepex, a legislação atual inclui 54 decretos e 19 leis, muitos deles contraditórios.

Ronaldo Barcelos, diretor da empresa responsável pelo painel no Menezes Cortes, reclamou da pressa da prefeitura para "mostrar serviço":

Fui notificado e entrei com um recurso. Fui informado hoje (ontem) por e-mail, às 12h30m, que o recurso tinha sido negado. Me prontifiquei a tirar a propaganda de madrugada, quando não há riscos para os pedestres. Mas, duas horas depois, a prefeitura já tinha ido até o terminal pôr uma faixa de propaganda proibida. Foi desnecessário.

Já o supervisor administrativo do terminal, José Xavier, disse desconhecer a ilegalidade:

Eu apenas aluguei o espaço. Não sei se é legal, você tem que perguntar isso à prefeitura.

Em São Paulo, multa começa em R\$ 10 mil

Cidade Limpa aumentou as punições, gerou reações, mas deu resultado

Depois de muita polêmica, São Paulo conseguiu se livrar da poluição visual, graças à lei que criou o projeto Cidade Limpa. Implantado em janeiro de 2007, ele proibiu todo tipo de publicidade externa, como outdoors, painéis em fachadas de prédios, backlights e frontlights. A lei do prefeito Gilberto Kassab também vetou anúncios publicitários em táxis, ônibus e bicicletas. A legislação ainda fez restrições aos anúncios indicativos aqueles que identificam no próprio local a atividade exercida. Até mesmo a exposição de bonecos na frente dos estabelecimentos comerciais foi regulamentada.

Quem descumpre as proibições recebe multas altas. Elas começam com o valor mínimo de R\$ 10 mil e são aplicadas à empresa que instala o painel publicitário, ao anunciante e ao dono do terreno que permite a instalação. Se a propaganda não for retirada no prazo, as multas são reaplicadas em dobro. Com tantas restrições, o prefeito Kassab teve que superar na Justiça várias liminares de empresas ligadas à publicidade, que queriam impedir a retirada dos painéis espalhados pela cidade.

Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 21 maio 2009, Primeiro Caderno, p. 10.